

RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EJA DO SESC – PETROLINA/PE

RELATIONSHIP BETWEEN THE THEORY AND PRACTICE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE EJA SESC - PETROLINA / PE

Ádilla Katarinne Gonçalves e Sá¹
Carla de Araújo Pereira²
Rosimary Carvalho Gomes Moura³

Resumo

O estudo monográfico presente teve como objetivo diagnosticar se existe relação entre teoria e prática de Educação Ambiental no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos do SESC de Petrolina/PE, ressaltando a importância de se trabalhar temas ambientais nessa modalidade educacional uma vez que a heterogeneidade do sujeito pertence às classes sociais vulneráveis ao socioambiental decorrente do preconceito e da desigualdade econômica na sociedade. A metodologia foi desenvolvida *in locus*, na qual utilizou a pesquisa do tipo explicativa e de campo, com aplicação de um questionário composto por respostas múltiplas aos alunos da respectiva instituição, trabalhando-se assim com o método dedutivo. Os resultados obtidos demonstraram que os alunos têm acesso à educação ambiental na escola de maneira limitada e, com maior frequência, na disciplina de geografia e que, apesar de já terem ouvido falar da preocupação com o meio ambiente, principalmente através de noticiários da TV, encontram dificuldades de identificar alguns tipos de problemas ambientais. Conclui-se que, para formar cidadãos conscientemente críticos do seu papel no âmbito social, faz-se necessário incluir projetos ecopedagógicos no ensino formal.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Educação de Jovens e Adultos. Teoria e Prática.

Abstract

The monographic study aimed to diagnose if there is a relationship between theory and practice of Environmental Education at the Secondary Level Education of Young Adults and the SESC of Petrolina / PE, highlighting the importance of working environmental issues that educational method since heterogeneity the subject belongs to the vulnerable social classes due to social prejudice and economic inequality in society. The methodology was developed in locus, which utilized the research and explaining the type of field, with application of a questionnaire composed of multiple answers to the students of their institution, working it with the deductive method. The results showed that students have access to environmental education in schools on a limited and, more frequently, in the discipline of geography and that, despite already having heard the concern with the environment, primarily through the TV news, are difficult to identify some types of environmental problems. It follows that to make people conscious of their critical role in the social field, it is necessary to include projects Ecopedagogia in formal education.

Keywords: Environmental Education, Youth and Adult Education, Theory and Practice.

¹ Pós-graduanda em Bioquímica e Biologia Molecular pela Faculdade Leão Sampaio – Juazeiro do Norte/CE e graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco – UPE/ Campus Petrolina.

² Graduada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco – UPE.

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e graduada em Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

1. Introdução

Na realidade social atual, em que as atenções do mundo estão voltadas às notícias que a mídia veicula a respeito do ambiente em que vivemos, é inquestionável a relevância da Educação Ambiental devido à forma com que se preocupa em desenvolver estratégias de soluções para a crise atual.

Atualmente, o ambiente tem sido visto como problemas a serem resolvidos - o aquecimento global, a poluição de mares e rios, a intensidade e frequência com que ocorrem furacões e terremotos são alguns desses problemas - deixando de lado a dinâmica da sociedade, o que impede compreender a crise ambiental como sendo um resultado da relação entre o ambiente natural e o social, não mostrando que essa relação interdepende das questões políticas e econômicas.

A educação ambiental é, então, considerada como a “salvadora da pátria”, como se ela fosse a solução para todos os problemas. Na verdade, ela é um processo permanente e contínuo (Conferência de Tbilisi, 1977) que depende da conscientização dos seres humanos em relação ao meio, aprendendo a respeitar e a interagir com o ambiente de forma equilibrada, evitando ao máximo sua degradação.

É nesse sentido socioambiental que se percebe a importância de trabalhar Educação ambiental atrelada à Educação de Jovens e Adultos, tanto nos espaços formais como informais da educação, devido à heterogeneidade do sujeito, pertencentes às classes sociais vulneráveis ao socioambiental decorrente do preconceito e da desigualdade econômica na sociedade.

Baseando-se nesses pressupostos, o presente trabalho intitulado “Relação entre a teoria e a prática da Educação Ambiental na EJA do SESC-Petrolina/PE” tem como objetivo, diagnosticar se existe relação entre teoria e prática de Educação Ambiental na modalidade educacional, que é a EJA⁴ uma vez que, trabalhando com essa classe educacional, se estará formando sujeitos conscientes e críticos quanto ao seu papel como cidadãos.

2. A Educação Ambiental no Brasil e no Mundo

O termo educação ambiental, foi empregado pela primeira vez na Conferência de Educação da Universidade de Keele, no ano de 1965, na cidade de Londres, Inglaterra. O seu principal tema de discussão foi o episódio ocorrido em 1952, nessa mesma cidade, aonde um

⁴ Educação de Jovens e Adultos.

acidente de poluição do ar atmosférico decorrente da industrialização, chegou a matar mais de 1.500 pessoas.

O grande marco histórico do movimento ambientalista aconteceu em 1972 quando a ONU⁵, preocupada com os dados que interpretavam o uso dos recursos naturais disponíveis na Terra, divulgados no Relatório do Clube de Roma, convocou em Estocolmo, na Suécia, a Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano.

De acordo com TOZONNI-REIS (2004), nessa conferência, a educação dos indivíduos para o uso mais equilibrado dos recursos foi apontada como uma estratégia para a solução dos problemas ambientais.

Em 1975, a Carta de Belgrado foi divulgada, buscando conscientizar a população mundial de que o desenvolvimento econômico não precisa passar por cima das condições ambientais, mas sim viver em equilíbrio com elas. Nesse mesmo ano, a UNESCO⁶, cria o PIEA⁷, o qual determina que a educação ambiental seja continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais.

O ponto culminante do PIEA se deu no ano de 1977, com a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia. Inspirada na Carta de Belgrado, ela foi organizada pela UNESCO em colaboração com o PNUMA⁸. Sobre a Conferência de Tbilisi, Tozonni-Reis (2004) afirma que:

(...) defini como função da educação ambiental criar consciência e compreensão dos problemas ambientais e estimular a formação de comportamentos positivos. Retomaram-se os objetivos da educação ambiental da Carta de Belgrado, reformulando-os como consciência, conhecimentos, comportamentos, aptidões e participação (TOZONNI-REIS, 2004, p.05).

Outro importante acontecimento realizado desde 1992 é o Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, onde ocorrem debates sobre a contribuição da educação ambiental na construção de valores, bases culturais e políticas que contribuem para a promoção de sociedades sustentáveis.

No Brasil, a preocupação ambiental começou a dar seus primeiros passos no início da década de 70. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apresenta no Capítulo VI, do Título VIII da Ordem Social, no art. 225 as obrigações do Poder Público em relação ao

⁵ Organização das Nações Unidas.

⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura.

⁷ Programa Internacional de Educação Ambiental.

⁸ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Meio Ambiente. Nesse mesmo ano, realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Educação Ambiental.

Em 1991, ocorreu em Brasília, com o intuito de discutir as diretrizes da política da educação ambiental, o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental, promovido pelo MEC⁹ e pela SEMA¹⁰ com apoio da UNESCO e da Embaixada do Canadá no país.

No ano seguinte, surgiu o maior evento do Brasil, voltado para a educação ambiental, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, que teve como principais objetivos discutir o desenvolvimento sustentável e encontrar maneiras para o processo de degradação ambiental existente. Durante essa Conferência, uma série de acordos foram firmados. O mais importante deles foi a Agenda 21. Citando Araújo (2007), o Capítulo 36 desse acordo afirma:

(...) O ensino, o aumento da consciência pública e o treinamento estão vinculados virtualmente a todas as áreas de programa da Agenda 21 e ainda mais próximas das que se referem à satisfação das necessidades básicas, fortalecimento institucional e técnica, dados e informação, ciência e papel dos principais grupos. Este capítulo formula propostas gerais, enquanto que as sugestões específicas relacionadas com as questões setoriais aparecem em outros capítulos. A Declaração e as Recomendações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO e o PNUMA e celebrada em 1977, ofereceram os princípios fundamentais para as propostas deste documento. (...).

Em 1995, criou-se a CONAMA¹¹. Quatro anos mais tarde, foi promulgada a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

3. Educação Ambiental: Finalidade, Princípios e Importância

Como todo modelo educacional, a educação ambiental também apresenta finalidades. Dias (2000) cita três delas:

a) Compreender a existência e a importância da interdependência econômica, social, política e ecológica. (...) b) Proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir os conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para protegerem e melhorarem o meio ambiente. (...) c) Induzir novas formas de conduta, nos indivíduos e na sociedade, a respeito do meio ambiente (...) (DIAS, 2000, p.109-110).

⁹ Ministério da Educação.

¹⁰ Secretaria do Meio Ambiente do Estado.

¹¹ Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Baseando-se na afirmação, é praticamente impossível entender os aspectos ambientais apenas do ponto de vista ecológico, já que o mundo gira em torno do capitalismo, que promove o desenvolvimento econômico e social com uma distribuição de renda não eqüitativa. Para tanto, cabe à educação ambiental promover a interferência da sociedade nos aspectos políticos e com isso mudar os paradigmas hora existentes.

A educação ambiental deve se efetivar a partir de ações que promovam o conhecimento e a conscientização de toda a população quanto ao desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Diversos autores apresentam conceitos diferentes, porém com mesmos significados em relação aos princípios básicos, que regem as práticas da educação ambiental. Dias (2000, p.112-124) os classifica em dez tipos:

- Considerar o ambiente em sua totalidade, isto é, em seus aspectos naturais e criados pelo homem.
- Constituir um processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não-formal.
- Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.
- Examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas.
- Concentra-se nas condições ambientais atuais, tendo em conta também as perspectivas históricas.
- Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver problemas ambientais.
- Considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento.
- Ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais.
- Destacar a complexidade dos problemas ambientais, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas.

- Utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências profissionais.

Devido a sua imensidão e complexidade, a educação ambiental busca trabalhar de maneira contínua e permanente, envolvendo todos os aspectos da sociedade, da economia, da política e do ecológico, respeitando suas regionalidades culturais e religiosas.

4. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos

A educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino específica da Educação Básica, que se propõe a atender a um público com faixa etária elevada em comparação aos indivíduos matriculados no ensino normal. Para tal, foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência seja pela oferta irregular de vagas ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis.

Para se trabalhar com esse segmento educacional, faz-se necessário refletir sobre as características e especificidade de cada cidadão envolvido. De acordo com Marta Kohl (1999), não é apenas a especificidade etária, que deve ser observada, mas também a questão cultural.

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo (OLIVEIRA, 1999, p.59).

Esse adulto é, na maioria das vezes, filho de trabalhadores rurais que passaram a vida na roça, buscando o sustento da própria terra e que, por falta de oportunidade e condições financeiras, teve que trocar os estudos pelo árduo trabalho do campo, buscando tardiamente a escola para aprender, ao menos, ler e escrever com autonomia.

E o jovem, incorporado ao território da antiga educação de adultos relativamente há pouco tempo, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. (OLIVEIRA, 1999, p.59).

Já o jovem é aquele indivíduo marginalizado pela sociedade, em busca do primeiro emprego ou que teve que abandonar os estudos na idade certa por não ter conseguido vagas nas escolas, ter sido expulso da mesma, ou ainda que, por falta de informação, adquiriu uma gravidez indesejada, passando a ter responsabilidades até então desconhecidas. Esses jovens buscam na

EJA uma maneira rápida de concluir os estudos, seja no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

Para se trabalhar com a heterogeneidade do público alvo dessa modalidade, o professor deve modelar os conteúdos como elementos concretos, instrumentalizando-os para uma intervenção significativa de suas realidades, para que os mesmos façam algum sentido e sejam de fácil compreensão.

5. Relação entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Ambiental

A escola representa um local de trabalho fundamental para fortalecer as bases da formação do indivíduo para a cidadania crítica e responsável, capaz de enfrentar desafios e romper os laços de dominação, que envolvem as relações entre a sociedade e a natureza.

A escola é um espaço privilegiado de informação, construção e produção de conhecimentos, desenvolvimento da criatividade e possibilidades de aprendizagens diversas, onde os professores devem trabalhar na perspectiva de visões cotidianas, exercendo um papel muito importante no processo de construção de conhecimentos dos alunos, na modificação dos valores e condutas ambientais, de forma contextualizada, crítica e responsável (REIGOTA, 1998, p. 69).

É nesse contexto que as reflexões sobre as questões ambientais devem ser inseridas, uma vez que a transversalidade da educação ambiental visa mudar os valores nas relações entre os seres humanos e destes com o mundo que os cerca.

Um dos papéis da escola frente à educação ambiental é levar aos alunos, em especial àqueles que, tardiamente, ingressaram no meio escolar, novas visões do mundo onde o processo ensino-aprendizagem deve-se adequar a realidade que os cerca, o que facilitará a sua compreensão em relação aos direitos e deveres de cada cidadão diante do contexto socioambiental.

Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e córregos e os baixos níveis de bem-estar da população, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes (FREIRE, 1996, p.33).

Essa reflexão mostra que a educação ambiental deve ser fruto da construção da própria comunidade e do reconhecimento dos saberes de seus sujeitos. Para tanto, o educador terá de fazer com que sua ação seja uma resposta às diferentes necessidades colocadas pela realidade educacional e social, especialmente quando se trata de jovens e adultos, que já trazem consigo para a sala de aula uma personalidade modelada pela realidade vivida.

O trabalho com educação ambiental na educação de jovens e adultos vai além da transferência de conceitos específicos da Biologia. Deve-se à interdisciplinaridade das diversas áreas educacionais, onde o educador procura aplicar a suas atividades valores, tais como o respeito mútuo, a participação, a coletividade e o comprometimento.

Atualmente, após a aprovação da LDB de nº 9.394 de 20/12/1996, que introduz através dos Parâmetros Curriculares Nacionais os temas transversais, programas formação de professores em Educação Ambiental, voltados para os que atuam na EJA, denominado PESoA¹², estão sendo implantados de forma a oferecer maiores subsídios para o tratamento dessa temática, uma vez que a educação ambiental é considerada uma educação em constante processo de transformação e adaptação à realidade existente.

6. Metodologia

A pesquisa estabelecida é do tipo explicativa e de campo, na qual utiliza-se o método dedutivo, uma vez que trabalha com fatos da realidade atual.

O presente trabalho foi desenvolvido no SESC¹³, localizado na rua Dr. Pacífico da Luz, nº 618 - Centro de Petrolina/PE, no período de setembro e outubro de 2008, onde foram entrevistados cinquenta por cento do total de alunos do estabelecimento.

O SESC de Petrolina foi o pioneiro, em termo regional, na implantação dessa modalidade educacional em seus programas voltados à comunidade, tendo essa atividade iniciada em agosto de 2000 e apresenta uma caracterização diferente das demais regionais, pois o perfil dos seus alunos se enquadra na faixa etária de 15 a 24 anos.

Com o intuito de investigar a problemática apresentada, aplicou-se aos alunos do 1º ao 3º do Ensino Médio da EJA do SESC de Petrolina, no período de dois meses, um questionário composto por respostas múltiplas, uma vez que permite ao entrevistado responder mais de uma opção sem dificultar a análise final do questionário.

A escolha do questionário teve como principal objetivo obter respostas mais precisas e com poucas possibilidades de erros, além de facilitar a sua aplicação, as respostas e a análise dos dados.

Essa entrevista teve como propósito obter dados mais precisos em relação à maneira como os temas voltados a Educação Ambiental são trabalhados nessa modalidade de ensino, diagnosticando se há uma relação entre a teoria e a prática desses temas transversais.

¹² Programa de Educação Socioambiental.

¹³ Serviço Social do Comércio.

7. Resultados e Discussões

Baseando-se nas respostas apresentadas pelos alunos, pode-se perceber que apesar de 94,87% do total de estudantes entrevistados terem ouvido falar em Educação Ambiental, seu acesso ao tema foi obtido em maior número através de noticiários televisivos com um índice de 64,67% dos entrevistados. A escola apresentou-se em segundo lugar na pesquisa com apenas 15,38%. Os demais meios de comunicação vieram em seguida e, entre eles, encontram-se a internet com 5,13% e a rádio com 2,55%; os demais obtiveram 2,13% das respostas e 5,13% dos alunos não responderam a essa questão.

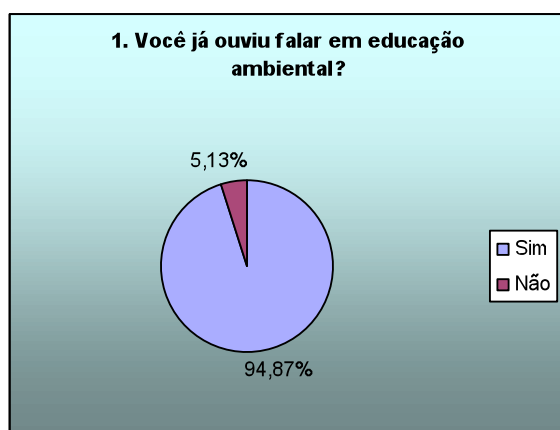


Fig. 01 – A Educação Ambiental como foco de discussões.

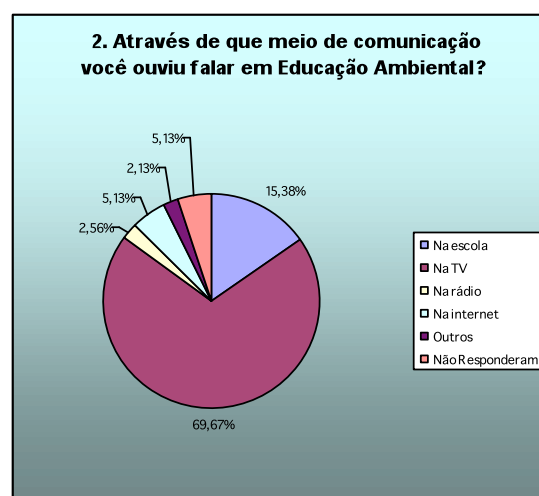


Fig. 02 – Meio de Vinculação de informações voltadas a Educação Ambiental.

Tratando-se do currículo escolar, 43,59% dos discentes afirmaram não estudar os temas voltados para as questões ambientais e que, entre as disciplinas que desenvolvem alguma atividade relacionada a esses questionamentos, foram citadas as de Geografia e Biologia, representadas por 28,20% e 23,08% respectivamente; as demais atingiram o índice de 5,13% da pesquisa.

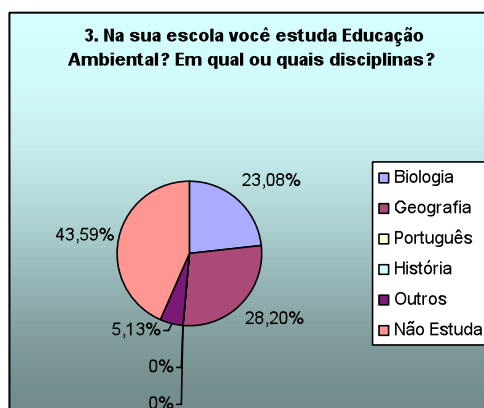


Fig. 03 – Disciplinas curriculares que trabalham com a Educação Ambiental.

Quando procurou relacionar os impactos ambientais com o meio escolar, 61,54% dos alunos não conseguiram identificar nenhum tipo de problema ambiental na sua escola e entre os 38,46% que identificaram 10,26% citaram o desperdício de água, 2,58% o acúmulo de lixo, 10,26% o desperdício de energia e 15,36% outros problemas.

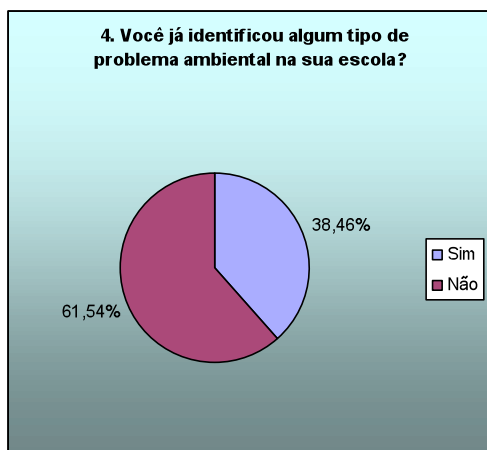


Fig. 04 – Percepção dos problemas ambientais no meio escolar.

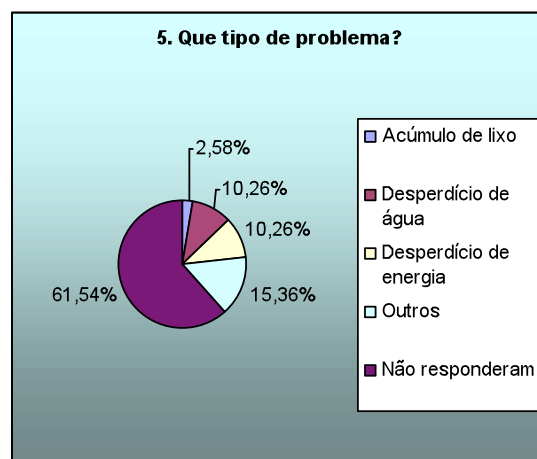


Fig. 05 – Problemas mais comuns relacionados à degradação ambiental no ambiente escolar.

Ao definir a educação ambiental de maneira sucinta, 20,51% dos estudantes mencionaram a preservação do meio ambiente; 12,82%, a consciência da população frente aos impactos ambientais ocorridos; 10,26%, a importância da água; 7,65% a desmatamento e suas conseqüências para o meio; 5,13%, o desperdício, seja de água, energia, alimento entre outros; 5,13%, a poluição de rios, mares, sonora e do ar; 2,56%, a respeito pelo próximo e pelo meio em que se vive; 2,56%, a globalização; 2,56%, os prejuízos causados pelo descarte inadequado de resíduos plásticos e a importância da sua reciclagem; 2,56%, a importância de se economizar qualquer recurso renovável ou não; e 2,56% trataram a educação ambiental como a melhor maneira de se conquistar um desenvolvimento sustentável da população.

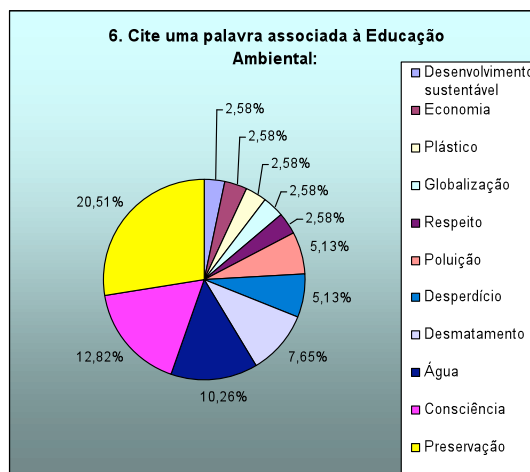


Fig. 06 – Palavra associada à Educação Ambiental.

8. Considerações Finais

O modo como a sociedade se relaciona com a natureza é objeto de estudo desde muito tempo, mas só foi, a partir da década de 70, que a Educação Ambiental passou a fazer parte dos currículos escolares como sendo uma matéria obrigatória.

Embora os Parâmetros Curriculares Nacionais proponham a integração da Educação Ambiental com temas transversais, percebe-se que a distribuição dos conteúdos do ensino de ciências na modalidade da EJA se dá de maneira tradicional, sendo vistos separadamente através da explanação teórica ou trabalhados, algumas vezes, em textos, sem adequá-los à realidade dos alunos, o que tem dificultado a compreensão da sua importância diante do contexto social.

Outro problema percebido é a falta de capacitação de professores, que trabalham com essa modalidade diferenciada de ensino e que, muitas vezes, encontram-se desorientados por não saberem como desenvolver projetos voltados à educação ambiental com um público tão heterogêneo.

Os resultados obtidos com a pesquisa demonstraram que os alunos do ensino médio da educação de jovens e adultos do SESC de Petrolina têm acesso à educação ambiental na escola de maneira limitada e com maior frequência na disciplina de geografia. Apesar de já terem ouvido falar da preocupação com o meio ambiente, principalmente através de noticiários da TV, encontram dificuldades de identificar alguns tipos de problemas ambientais, seja no meio escolar ou em qualquer outro ambiente. Percebe-se, também, que, ao descreverem o tema educação ambiental esses estudantes o relacionam apenas com a preservação do meio ambiente e conscientização da população em relação aos problemas ambientais presentes na natureza, esquecendo-se de que esse processo educacional vai além da natureza e deve ser praticado em qualquer ecossistema planetário.

Diante dos resultados apresentados, nota-se a importância de se incluir projetos ecopedagógicos no ensino formal, permeando de maneira transversal as disciplinas oferecidas nos currículos, relacionando-as interdisciplinarmente, de modo que se consiga formar cidadãos conscientemente críticos do seu papel na sociedade.

Nesse contexto, embora a educação ambiental se depare com dificuldades de sua implantação nos processos educacionais, ela se apresenta como um importante instrumento na consolidação de um desenvolvimento social sustentável, que só é possível quando se respeita as diferenças étnicas, culturais e biológicas.

9. Referências

ARAÚJO, Thiago Cássio d'Ávila. **Principais Marcos Históricos da Educação Ambiental**. Brasília: Fortium, 1º Ed, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, decreto legislativo com força de emenda constitucional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo. Brasília, DF 05 out. 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a política nacional de educação ambiental. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo. Brasília, DF 27 abr. 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARTA DE BELGRADO DE 1975. Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação Ambiental (GPEEA) do Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico (NPADC) da Universidade Federal do Pará.

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TBILISI, 1977. **Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais**, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, São Paulo, 1994.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6. ed. Revista e Ampliada. Ed. Gaia; São Paulo, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

HADDAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)**. Ed. MEC /Inep/Comped; Brasília – DF, 2002.

HÜBNER, Maria Martha. **Guia para Elaboração de Monografia e Projetos de Dissertação de Mestrado e Doutorado**. Ed. Pioneira; São Paulo, 1998.

IBAMA. **Educação ambiental: As grandes orientações da conferencia de Tbilisi.**/ Organizado pela Unesco. Elementos para capacitação em educação ambiental. Ilhéus: Editus. Brasília, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: XXII Reunião Anual da ANPEd, 1999, Caxambu. **Revista Brasileira de Educação** p.59-73.

OLIVEIRA, Romualdo L. Portela. Educação de Jovens e Adultos: o Direito à Educação. In: 16º Congresso de Leitura do Brasil – COLE, X Seminário de Educação de Jovens e Adultos, 2007, Campinas. **Anais eletrônico**. Campinas: UNICAMP, 2007. Mesa Redonda: Direitos Educativos e a EJA no Brasil. Disponível em: www.alb.com.br/anais16/prog_pdf, acesso em 22 set. 2008.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola**. São Paulo: Cartaz Editora, 1998.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental natureza, razão e história**. Ed. Autores Associados; Campinas – SP, 2004.